

## ATA Nº 9

1 Aos vinte de oito dias do mês de fevereiro do ano de **dois mil e dezanove**, pelas nove horas e quinze  
 2 minutos, teve lugar, no **Auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho**, a **Sessão Ordinária** da  
 3 Assembleia Municipal de Valença, com a **Ordem de Trabalhos que se segue:** \_\_\_\_\_

## I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

## II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

## III – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”

1º - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

2º - RECONHECIMENTO DE INTERESSE COLETIVO DO PATRIMÓNIO RURAL DE TAIÃO

3º - NOTA EXPLICATIVA REFERENTE À CONTABILIDADE DE TRANSFERÊNCIAS EMITIDA PELA SOTOPOCAL

4 O **Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Alberto Luís de Oliveira Vilas**, após constatar a existência  
 5 do necessário quórum deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar e desejando um  
 6 trabalho profícuo em prol de Valença. \_\_\_\_\_

7 Pela Mesa foi verificada a **substituição** de alguns Membros deste órgão que, através de declaração  
 8 escrita, fizeram chegar ao Secretariado de Apoio e à Mesa da Assembleia. Assim, usando da faculdade  
 9 que lhes é permitida pelo artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pelo Lei n.º 5-  
 10 A/2002, de 11 de janeiro, os Membros Srs. Elisabete Lopes Frade Viana, Vitor Manuel da Costa Oliveira  
 11 e António Joaquim Dias foram **substituídos**, no exercício das suas funções pelo cidadão imediatamente a  
 12 seguir na ordem de precedência da respetiva lista, respetivamente, pelos Membros Srs. Fernando  
 13 Lourenço, Ana Cláudia Moreira e Luís António Lopes de Araújo. Mais foram verificadas as **faltas** dos  
 14 Membros Srs. Vasco Rodrigo Marques Severino, Jorge Moura Rodrigues e Manuel Álvaro Guimarães  
 15 Gomes, desde já consideradas justificadas pelo quórum existente. \_\_\_\_\_

16 Verificadas as **substituições e as faltas** e a presença do 1º secretário Paulo Esteves e 2º secretário  
 17 Elisabete Viana, a sessão contou com a presença dos seguintes Membros: \_\_\_\_\_

18 Alberto Luís Oliveira Vilas; Paulo Jorge da Cunha Esteves; Inês Rita da Silva Ferreira; Aurélia da  
 19 Conceição Costa Correia; Paula Alexandra Melim dos Santos Natal; Cristóvão Amorim Pereira; Ana  
 20 Raquel Soares Sanches; Avelino António Oliveira Marinho; Isabel Granjo Vaz; Fernando Vidal  
 21 Lourenço; Óscar Gabriel Pereira da Silva; Ana Margarida Garcia Tomé; Luís Manuel Gomes de Amorim;  
 22 José António Lopes Nogueira; Maria Benvinda de Oliveira Gonzalez; Orlando Vasco da Cunha Oliveira;  
 23 Ana Cláudia Gomes Moreira; Cláudia Sofia da Costa Narciso Labrujó; Jorge Manuel de Sousa Fagundes;  
 24 Carlos Manuel Afonso Pereira; Manuel António Soares Brito; Rui Miguel Araújo Ferreira; António Lima  
 25 Sousa; Francisco José Rodrigues Romeu; Paulo Jorge Nobre Pacheco; Luís António Lopes de Araújo;  
 26 Manuel Alberto Alves de Barros; Maria Fernanda Esteves Sousa Ferreira e José Manuel Montenegro  
 27 Roda. \_\_\_\_\_

28 Para além dos membros da Assembleia Municipal, também estiveram presentes o **Sr. Presidente da**  
 29 **Câmara Municipal, Jorge Manuel Salgueiro Mendes** e respetivos **Srs. Vereadores.** \_\_\_\_\_

## I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

30 O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, seguindo a ordem de trabalhos, solicitou junto do público  
 31 presente inscrições para o respetivo período, não se registaram inscrições. \_\_\_\_\_

## II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

1 Dando início ao período de antes da ordem do dia, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu a  
 2 palavra ao **Primeiro Secretário, Sr. Paulo Esteves** que, após as saudações protocolares dirigidas a todos  
 3 os presentes, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido, no período compreendido  
 4 entre 29 de novembro último e 27 de fevereiro corrente, informando que a documentação se encontra à  
 5 disposição dos Membros no dia da sessão e no secretariado de apoio, no Edifício dos Paços do Concelho.

6 Prosseguindo, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que, na sequência da disponibilização  
 7 dos projetos das **atas n.ºs 7 e 8** referentes às sessões do órgão realizadas nos dias vinte e nove de  
 8 novembro último e vinte e cinco de janeiro findo, respetivamente, surtiram pequenas correções, as quais,  
 9 achadas conformes, foram vertidas para as mesmas, pelo que, estando em condições, de as colocar a  
 10 discussão, questionou da intenção de intervirem, não se tendo registado intervenções. Termos em que  
 11 foram colocadas a votação individualizada, tendo a **Assembleia Municipal**, em cumprimento do  
 12 disposto no n.º 2 do artigo 57º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e sem prejuízo da sua  
 13 prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no n.º 4 do citado artigo, deliberado,  
 14 **por maioria**, aprovar a **ata n.º 7**, referente à sessão ordinária realizada, no dia **29 de novembro de 2018**,  
 15 num universo de **26 votantes**, obteve **24 (vinte e quatro) votos a favor e 2 (duas) abstenções** dos  
 16 Membros Srs. Orlando Oliveira e Fernando Lourenço. Mais foi aprovado, **por maioria**, a **ata n.º 8**,  
 17 referente à sessão extraordinária realizada, no dia **25 de janeiro de 2019**, num universo de **26 votantes**,  
 18 obteve **21 (vinte e um) votos a favor e 5 (cinco) abstenções** dos Membros Srs. Inês Ferreira, Fernando  
 19 Lourenço, Luís Amorim, Orlando Oliveira e Manuel Barros. Em ambas votações, Os membros usaram a  
 20 forma de votação “abstenção” por não terem estado presentes nessa mesma sessão. \_\_\_\_\_

## INTERVENÇÕES E INTERPELAÇÕES

21 Passando às **interpelações ao Sr. Presidente da Câmara Municipal**, registaram-se as inscrições dos  
 22 seguintes Membros Srs. Cláudia Labrujó, Francisco Romeu, Carlos Pereira, Óscar Silva, Luís Amorim e  
 23 Inês Ferreira, Isabel Granjo e Paula Natal. \_\_\_\_\_

24 - O Membro **Sra. Cláudia Labrujó**, após as habituais saudações, focou várias preocupações, nomeada-  
 25 mente: \_\_\_\_\_

- 26 • As chapas de amianto retiradas da cobertura da paragem de autocarro, junto ao campo de futebol,  
 27 em Friestas, continuam, junto à mesma, no chão, há cerca de dois anos e, se existem mais edifí-  
 28 cios públicos ou outros que tenham amianto e qual a previsão de retirar; \_\_\_\_\_
- 29 • O tipo acompanhamento às obras infundáveis nas Portas da Gaviarra no intramuros, assim como,  
 30 o zelo na remoção das pedras da 4ª fase da Empreitada da Fortaleza e se possuem numeração  
 31 para a sua posterior colocação, uma vez que sobram pedras das retiradas e as colocadas estão  
 32 fora do sítio; \_\_\_\_\_
- 33 • Dado o elevado estado de degradação do coreto da Jardim Municipal se existe alguma pretensão  
 34 para a sua restauração e, se está inscrito como património municipal; \_\_\_\_\_

- 1 • O destino dado aos candeeiros retirados do intramuros, uma vez que é possível a sua utilização  
2 com recurso a novas formas de iluminação; \_\_\_\_\_
- 3 • Reforçou, mais uma vez, a inexistência de semáforos para peões na travessia existente junto à  
4 Caixa Geral de Depósitos para o lado do BPI. O que a levou a questionar se a zona irá sofrer alte-  
5 rações que não justifiquem colocar esse semáforo, caso contrário será uma situação a ser revista.  
6 Situação idêntica junto às Coisas Doces; \_\_\_\_\_
- 7 • Voltou a questionar em que ponto de situação está o terreno em frente ao restaurante Zé Maria,  
8 quanto tempo vai estar a céu aberto o enorme buraco que ali está ou se a câmara já conseguiu  
9 entrar em negociações com os proprietários, conforme interesse mostrado pelo Sr. Presidente da  
10 Câmara em Assembleias Municipais anteriores; \_\_\_\_\_
- 11 • Soou-lhe que o camião-grua da corporação da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntári-  
12 os de Valença está avariado, pelo que questionou se a câmara tem conhecimento ou se pretende  
13 apoiar na reparação, visto se tratar de uma intervenção cara ou se os bombeiros não têm possibi-  
14 lidade de o fazer. Trata-se de um equipamento de suma importância, não só para os bombeiros,  
15 para o seu exercício das funções, mas também para os cidadãos. \_\_\_\_\_
- 16 – O Membro **Sr. Francisco Romeu** após as habituais saudações, agradeceu a realização das  
17 comemorações do dia de São Teotónio na sua freguesia, assim como a presença daqueles que  
18 participaram na eucaristia e na sessão solene. \_\_\_\_\_
- 19 Seguidamente, referiu-se à obrigação, face ao diploma legal, de os proprietários terem de pedir  
20 autorização/comunicar a realização de “queimas e queimadas” independentemente de ser período crítico  
21 de incêndios, assim como, à dificuldade na prestação de apoio para os diversos registos diários na  
22 plataforma disponibilizada pelo ICNF, quer pela dificuldade na acessibilidade a esta, quer pela falta de  
23 recursos humanos, acrescentando, o facto de da necessidade de revalidação desses registos por força das  
24 condições climáticas ocorridas nos dias inicialmente solicitados. Embora exista uma linha de apoio  
25 com o número 808 200 520, não está a funcionar devidamente, porque direciona a população para a  
26 respetiva junta de freguesia. Na qualidade de representante das Juntas de Freguesia alertou para a questão  
27 da necessidade de se tomarem diligências no sentido de colmatar as situações mencionadas. \_\_\_\_\_
- 28 Prosseguindo, referiu-se a um acidente mortal que ocorreu na EN101 que liga Valença a Monção.  
29 Sucedeu numa estrada que se encontra em muito mau estado de conservação e que aguarda por  
30 intervenções, por parte das Estradas de Portugal, há cerca de 4 anos, pelo que agradecia as necessárias  
31 diligências junto dessa entidade para a agilização da obra. \_\_\_\_\_
- 32 – O Membro **Sr. Carlos Pereira** após as habituais saudações, partilhou das mesmas preocupações do seu  
33 antecessor em relação às queimas e queimadas, que são transversais a todas as juntas de freguesia. A  
34 população entende que o Sr. Presidente de Junta deve fazer-se acompanhar dos dados pessoais para  
35 proceder ao respetivo registo de queimas e queimadas e que devem ter disponibilidade 24 horas por dia.  
36 Como não fica com dados de ninguém, a população tem de os fornecer sempre que for necessário, o que  
37 os revolta. Foi criada uma linha de apoio para o efeito que funciona muito mal e o mesmo sucede com a  
38 plataforma disponibilizada pelo ICNF. Mais, frisou que, independentemente de ter recebido, esta semana,

1 um ofício do Ministério da Agricultura, assinado pelo Sr. Ministro a comunicar que as queimadas têm de  
2 ser autorizadas pelas as juntas de freguesia e pelos municípios, não o deixou satisfeito e frisou que  
3 apenas fará de intermediário e nunca assumirá tal responsabilidade. \_\_\_\_\_

4 Seguidamente, referiu-se ao vazio de respostas na questão de entidades responsáveis pela recolha de  
5 canideos abandonados. Quando se dirigem ou ligam ao SEPNA, este direciona-os para o veterinário  
6 municipal e este por sua vez para o Canil Intermunicipal que já tem lotação esgotada e não tem  
7 capacidade para recolher cães. Termos em que sugeriu, atendendo ao facto de o canil intermunicipal ter  
8 lotação esgotada, que fosse criado um outro mais Norte do Distrito ou uma plataforma de entendimento  
9 com as Associações Protetoras de Animais. O mesmo vazio de resposta sucede quando reporta ao  
10 SEPNA o abandono de pneus nas bermas das ruas da freguesia e recorre à SUMA. Termos em que  
11 deveriam ser agilizados mecanismos para para a resolução destes problemas. \_\_\_\_\_

12 E, por último, solicitou informação sobre o ponto de situação da empreitada da Estrada de Paços até à  
13 Pedreira, em Cerdal. \_\_\_\_\_

14 - O Membro **Sr. Óscar Silva**, após as habituais saudações, referiu que, recentemente, foi divulgado o  
15 *ranking* das escolas de 2018, em que o Agrupamento de Escolas de Muralhas do Minho se situa no lugar  
16 301 relativamente ao ensino secundário e no lugar 293 relativamente ao ensino básico, ocupando um  
17 posicionamento muito discreto, abaixo da metade da tabela, ao nível de todo o distrito de Viana do  
18 Castelo. A seu tempo, o Partido Socialista alertou quer nas reuniões de executivo quer nas sessões da  
19 Assembleia Municipal para a importância da constituição e da posterior operacionalização do Conselho  
20 Municipal de Educação, órgão que tem por objetivo promover a nível municipal a coordenação de toda a  
21 política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, de todos os agentes  
22 educativos e dos parceiros sociais, analisando, acompanhando o funcionamento desse sistema e propondo  
23 as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e de eficácia do sistema  
24 de ensino e de educação no nosso concelho. Os *rankings* valem o que valem, mas assumindo que todos  
25 estão interessados na disponibilização de melhor e mais eficiente oferta educativa neste concelho em que  
26 a convergência do trabalho de todos os agentes educativos conduz ao melhor desempenho possível das  
27 nossas crianças e jovens no contexto escolar, questionou sobre o ponto de situação do funcionamento do  
28 Conselho Municipal da Educação em Valença e sobre o que prevê o Município de Valença, enquanto  
29 integrante do mesmo, para estimular a discussão necessária no seio deste concelho e a otimização de um  
30 setor estruturante, como é o setor da educação. \_\_\_\_\_

31 Seguidamente, referiu-se ao relatório anual da ERSAR que revela que o Município de Valença é, a par de  
32 Ponte de Lima, o único de todo o distrito que apresenta um desperdício de água superior a 50%. Mais  
33 concretamente 52,7%, ou seja, mais de metade da água não é faturada neste concelho. O índice de  
34 desperdício, a nível nacional, cifra-se nos 30,2%. Estes são resultados que se referem a 2018 e o  
35 desperdício de água neste Município é ainda mais alarmante se se tiver em conta que isto sucedeu num  
36 ano de seca. Termos em que questionou as razões que justificam tal desperdício de água e que medidas  
37 foram adotadas para minimizar estas perdas de água na rede. \_\_\_\_\_

38

1 - O Membro **Sr. Luís Amorim**, após as habituais saudações, referiu que o alerta que fez em relação a  
2 uma sem-abrigo que pernoitava no Centro Comercial Vale Flores já se encontrava alojada. Contudo  
3 procedeu ao alerta de um outro caso e para o qual solicitou o desencadeamento dos mecanismos  
4 necessários para a resolução. Trata-se de uma cidadã romena que pernoita no Centro Comercial Ibéria e  
5 se desloca entre o Ibéria e Santa Luzia todos os dias carregando a sua bagagem, não é violenta, mas  
6 perturba o sossego dos moradores de Santa Luzia, ao tocar às campainhas das moradias, na ansia de  
7 encontrar o filho que diz estar internado em Santa Luzia. Parece existir confusão com a localidade. \_\_\_\_\_

8 - O Membro **Sra Inês Ferreira** após as habituais saudações, informou da atividade desenvolvida em  
9 2018 pelo Núcleo Interparoquial da Cáritas de Valença. O orçamento deste Núcleo composto por fontes  
10 de financiamento, cerca de 90% da sua receita proveio do protocolo celebrado com a Câmara Municipal  
11 de Valença, tendo sido a restante suportada por particulares, parte dela proveniente do peditório nacional.  
12 As despesas rondaram os 9.000,00€ (nove mil euros) que serviram para aquisição de medicação,  
13 pagamento de rendas, despesas com água, com luz, com alimentação, com propinas, etc. Em 2018 subiu  
14 a percentagem de sinalização de famílias com carências financeiras. As famílias são sinalizadas pelos  
15 serviços sociais da Câmara Municipal de Valença, por particulares e pelas escolas. Têm ajudado algumas  
16 famílias de alunos da APPACDM. \_\_\_\_\_

17 Em relação ao *ranking* das escolas, mencionou que valem o que valem, contudo dever-se-á olhar para a  
18 realidade das escolas privadas e das escolas públicas. É natural que as privadas apareçam em primeiro  
19 lugar, porque colocam como condição para entrar na escola, a média, enquanto que as públicas têm de  
20 aceitar todos os alunos e possuem todas as realidades e têm que dar respostas, independentemente das  
21 dificuldades que possam ter. Seria bom que neste país se fizesse uma análise correta do desenvolvimento  
22 que é feito com crianças que chegam à escola pública com imensas dificuldades e conseguem ter sucesso.  
23 A subida de posição das escolas no ranking nacional não depende da criação ou funcionamento do  
24 Conselho Municipal da Educação. Aliás, os alunos com necessidades de apoio, apesar de lhes serem  
25 disponibilizadas, pelo Agrupamento Muralhas do Minho, salas de estudo específicas e gerais e de os  
26 professores os encaminharem para as mesmas, não usufruem desse benefício. São recursos que também  
27 se vêm menosprezados pelos encarregados de educação. Termos em que considera que um ranking vale o  
28 que vale porque é feito, apenas, com base no exame nacional. Um aluno é avaliado no final do ano pela  
29 média dos testes que fez durante o ano letivo, assim como, por um conjunto de parâmetros. Por exemplo,  
30 as físicas têm uma parte de laboratório que também pesam, mas no Ranking o laboratório não é cotado.  
31 Por outro lado, tem conhecimento de que nas escolas privadas, nas férias da Pascoa, preparam os alunos  
32 especificamente às disciplinas que vão ter exame, o mesmo não sucede na escola pública, uma vez que  
33 têm que trabalhar todas as disciplinas. É a favor de que se faça uma seleção, mas não de *rankings*. Já  
34 ouviu o Ministro da Educação dizer que os *rankings* não valem nada, mas continuam a fazer-se e aquilo  
35 que mais a enerva é a publicidade que os meios de comunicação social fazem a uns dados perniciosos. \_

36

37 - O Membro **Sra Isabel Vaz** após as habituais saudações, utilizou o *slogan* da Direção Geral de Saúde:  
38 “Saúde para todos! Independentemente de onde vives e estrato social a que pertences.” para questionar

1 se o Sr. Presidente da Câmara tem conhecimento de que, com a nova reestruturação da saúde  
2 comunitária, a unidade móvel iria parar alguns dias da semana, lembrando que esta tem por objeto a  
3 prestação de cuidados de saúde à população, nomeadamente à mais idosa e com mais dificuldades de  
4 acesso ao Centro de Saúde de Valença. \_\_\_\_\_

5 - O Membro **Sra Paula Natal** após as habituais saudações, salientou alguns aspetos que acontecem em  
6 Valença, nomeadamente o projeto desportivo da Eurocidade. Os Clubes e as Associações estão  
7 envolvidos fortemente nos eventos internacionais com grande projeção, afirmando sempre a Eurocidade  
8 no panorama europeu, a saber no automobilismo o Adrian Malheiro; nas artes marciais, Rodrigo Alheira,  
9 no Judo, a Joana Morgado. No caso da atleta Joana Morgado, verifica-se que quer o Mestre quer a  
10 Presidente da Direção do Judo Clube de Valença têm tido um papel fundamental, no acompanhamento  
11 desportivo e inclusivamente “familiar” da mesma. \_\_\_\_\_

12 Em Valença tem tido bastante movimento a nível económico, desportivo e cultural designadamente, no  
13 sucesso da “Fortaleza do Chocolate”; no novo recorde de peregrinos que passaram por Valença, 81 500;  
14 preparação dos caminhos de Fátima, com ponto de partida em Valença; a grande agenda de concertos no  
15 auditório do CILV com 2 a 3 momentos musicais, como por exemplo o Jazz, o Fado, e algumas peças de  
16 teatro para vários públicos, etc. \_\_\_\_\_

17 Por último, salientou o evento de carnaval no Jardim Municipal, celebrando o centenário dos Bombeiros  
18 Voluntários, com especial destaque para, na segunda feira, um concurso de máscaras com prémios  
19 bastante atrativos e na terça feira, como é hábito, a animação para as crianças. \_\_\_\_\_

20 Seguidamente, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara  
21 Municipal para prestar os esclarecimentos que lhe foram solicitados. \_\_\_\_\_

22 **O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, após as habituais saudações, em relação às questões colocadas  
23 pelo Membro Sra. Cláudia Labrujó, referiu que desconhece que as chapas de amianto estejam no chão  
24 junto à paragem de autocarro, em Friestas, no entanto acredita que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia  
25 irá verificar, até porque a cobertura foi retirada há algum tempo. \_\_\_\_\_

26 Quanto às Portas da Gaviarra, a intervenção da 4.ª fase da Fortaleza está a decorrer dentro dos prazos.  
27 Decorre sobre a supervisão dos Técnicos do Município e da Unidade de Arqueologia da Universidade do  
28 Minho. Quanto às pedras retiradas para serem recolocadas, informou que foram numeradas e  
29 fotografadas e a Calçada da Gaviarra ficou exatamente como era. Existem algumas pedras sobrantes que  
30 foram extraídas do túnel e que não vão ser utilizadas. Os candeeiros foram reaproveitados. Quer os  
31 candeeiros quer toda a pedra que saiu da fortaleza estão no estaleiro municipal, para utilização pela  
32 Câmara e Juntas de Freguesia nas intervenções que forem necessárias. O coreto não está classificado,  
33 mas é património municipal e irá ser alvo de intervenção, possivelmente este ano. Em relação à ausência  
34 de semáforos para peões em frente a CGD, informou que segundo os técnicos municipais a orientação  
35 está nos semáforos no cruzamento do lado do BPI e que funciona bem, solução implementada há muitos  
36 anos, cuja alteração seria complicada. Não tem havido acidentes, nem atropelamentos. Relativamente ao  
37 terreno em frente ao restaurante Zé Maria, o terreno é de um fundo do Novo Banco. Já encetou contactos

1 no sentido de aferir a possibilidade de um acordo, no entanto os valores solicitados são muito elevados.  
2 O terreno foi avaliado em 1 350.000,00€ (um milhão e trezentos mil euros), valor de retoma da  
3 insolvência dos “Irmãos Rocha”, estando atualmente em cerca de 800.000,00€ (oitocentos mil euros),  
4 valor acima daquilo que o Município perspetivava para fazer acordo. Aliás o Município vai solicitar que  
5 reponham imediatamente o caminho público que dava acesso às traseiras da fábrica. \_\_\_\_\_  
6 Em relação à auto escada dos bombeiros, trata-se de um problema de certificação e não de  
7 funcionamento, carece de uma revisão muito profunda para ser novamente certificada, orçamentada em  
8 cerca de 30.000,00€ (trinta mil euros). O município dá algum apoio, mas nunca será superior a um terço  
9 desse valor porque já contribuiu com a verba anual de subsídio e com o apoio para a Equipa de  
10 Intervenção Permanente. O Governo, juntamente com o Sr. Ministro da Administração Interna e o ANPC  
11 ficaram de resolver o problema. Aguarda-se. O Município apoiou uma outra reparação no valor de cerca  
12 de 9.000,00€ (nove mil euros). Em relação ao Feriado Municipal, agradeceu as presenças nas  
13 comemorações do dia de São Teotónio. \_\_\_\_\_  
14 Relativamente às queimas e queimadas, mencionou que apesar de considerar boa a medida lançada pelo  
15 Governo, não havia necessidade de complicar todo o procedimento, procedendo à publicação de um novo  
16 diploma, o decreto-lei 14/2019, para clarificar os condicionalismos à edificação e adaptar as normas  
17 relativas a queimadas e queimas de sobrantes, no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta  
18 contra Incêndios, no qual refere, no seu artº 27º *“que a realização de queimadas só é permitida após*  
19 *autorização do município ou da freguesia, tendo em conta o enquadramento meteorológico e operacional, bem*  
20 *como a data e local e carece de acompanhamento de um técnico credenciado em fogo controlado ou operacional*  
21 *de queima ou, na sua ausência, de equipa de bombeiros ou de equipa de sapadores florestais”*. O pedido de  
22 autorização ou a comunicação prévia são dirigidos à autarquia local via telefónica ou através de aplicação  
23 informática e estas podem receber os pedidos e comunicações prévias e instruir os procedimentos de  
24 autorização através da aplicação informática disponibilizada no sítio da Internet do ICNF, I. P. Mais, nos  
25 espaços rurais, durante o período crítico ou quando o índice de risco de incêndio seja de níveis muito  
26 elevados ou máximo é permitido realizar fogueiras tradicionais, no âmbito de festas populares, no  
27 interior de aglomerados populacionais, após autorização da autarquia local, assim como, a queima de  
28 matos cortados e amontoados, sobrantes de exploração e o que decorra de exigências fitossanitárias de  
29 cumprimento obrigatório, fora do período crítico apenas está sujeita a mera comunicação prévia. O  
30 Município apresentou recomendações ao Governo que não foram acolhidas e, posteriormente à  
31 publicação do mencionado decreto – lei, o Sr. Ministro responsável pela área enviou à autarquia um  
32 comunicado a dizer que *“No que respeita aos formalismos queimas e queimadas, a sua realização necessita*  
33 *sempre de autorização do município ou da freguesia.”* O registo das queimas e queimadas não é da  
34 competência das autarquias mas sim do ICNF, assim como, a linha de apoio não é do Município, apenas  
35 tem de servir de intermediário no referido registo na plataforma disponibilizada. As autarquias não são  
36 entidades competentes para emitir a respetiva autorização. Mais, foram questionados, através de *email*,  
37 pelo Sr. Secretário de Estado acerca do interesse em candidatarem-se a um apoio financeiro para sessões  
38 de esclarecimentos sobre as queimas e as queimadas, 500,00€/ sessão, que aceitaram. Para além de ser

1 uma medida que deixou a população em alvoroço e desorientada devido à forma brusca como foi  
2 divulgada nas redes sociais, especialmente, a aplicação de coimas de 280,00€ (duzentos e oitenta euros)  
3 por violação do diploma em apreço, devida pela falta de comunicação de queima e queimadas, alertada  
4 pelo SEPNA. Ora, numa situação de pânico, a população dirige-se em bloco aos Srs. Presidente de Junta  
5 e à posterior ao Município, sendo certo que à posterior surgiu a linha de apoio com o numero 800 200  
6 502, que funciona, mas ao estar sobrecarregada com pedidos bloqueia. Inclusivamente, na altura  
7 propuseram que essa responsabilidade fosse das centrais de bombeiros, mesmo que fosse necessário o  
8 Município apoiar financeiramente para o efeito. No entanto não foi aceite. Já foi solicitado ao Sr.  
9 Ministro que encontre uma solução mais expedita. A continuar o tempo seco também é de esperar que  
10 surjam mais restrições às queimas e às fogueiras. Em suma, o Governo decidiu responsabilizar os  
11 Municípios e as respetivas Juntas de Freguesia por um procedimento de autorização e de fiscalização que  
12 não lhes compete. \_\_\_\_\_

13 Em relação à questão relacionada com os canideos, foi mais uma medida publicada através de diploma  
14 legal e que o Governo lançou de forma inadequada, porque deveria existir um período de adaptação e  
15 transição para a população proceder à esterilização dos mesmos. A propósito, o canil de Ponte de Lima  
16 tem vaga para 200 cães e tem sempre lotação esgotada. Drama que assola todos os Municípios e que tem  
17 sido debatido em reuniões da CIM Alto Minho e amadurecido a ideia de possuir-se mais um canil  
18 intermunicipal ou de ampliar o existente. O Município de Monção fez a proeza de construir um canil  
19 para 50 cães, que no seu primeiro dia esgotou. O Município de Valença, depara-se com o mesmo tipo de  
20 problema com os cavalos ao abandono, em pastoreio livre. \_\_\_\_\_

21 Quanto à estrada Paços-Pedreira está em fase finalização de projeto que será executado em duas fases. \_  
22 Seguidamente mencionou que é a favor de rankings de exames e não de escolas e apenas como  
23 referência, sem dar a importância excessiva que é dada pelos meios de comunicação social. \_\_\_\_\_

24 O Conselho Municipal de Educação é um órgão de reflexão que gostaria que fosse de ação. Foi publicado  
25 um novo diploma para regular o funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação e como carece  
26 de aprovação em Assembleia Municipal, será apresentada proposta para nova constituição. É difícil  
27 conseguir elementos para o compor, sobretudo na área da Educação, dada a acumulação de funções que  
28 pressupõe para, por exemplo, professores, que os leva a não aceitar mais cargos. O mesmo sucede com  
29 os estudantes, os quais para a designação de um representante têm de realizar eleições. \_\_\_\_\_

30 Relativamente ao relatório da ERSAR mencionado pelo Membro Sr. Óscar, informou-o que não se refere  
31 às perdas de água, mas à água não faturada. O Município de Valença à semelhança de outros tem uma  
32 série de situações em que a água não é faturada, como sendo jardins, bocas de incêndios, juntas de  
33 freguesia, cemitérios, edifícios municipais e, como o ano foi trágico em termos de incêndios, as bocas de  
34 incêndio estiveram em permanente utilização o que levou a pesar nessa contabilização. Alertou o Srs.  
35 Presidente de Junta para que procedam à colocação de contador nos cemitérios sob pena de não  
36 usufruírem da sua gratuitidade quando as águas passarem definitivamente para as Águas do Alto Minho.  
37 Prosseguindo, quanto aos sem abrigo mencionados pelo Sr. Luís Amorim, referiu que são errantes e que  
38 não aceitam ajuda, como é o caso do que se encontra a viver por baixo do viaduto junto ao Intermarché,

1 tem meios financeiros para sobreviver de forma condigna mas não quer, tornando-se impossível ajudar.  
2 Quanto à senhora romena que deambula por Santa Luzia, mencionou que procura do seu filho que foi  
3 internado, por questões mentais, na ULSAM Santa Luzia, Viana do Castelo e que, mesmo após lhe ter  
4 sido explicado que não está no local, continua a julgar que é o mesmo local. Mais, o Município, assim  
5 como, a segurança social, já tomaram diversas diligências, nomeadamente junto da Embaixada Romena,  
6 por se tratar de uma cidadã que não reúne os requisitos e condições previstas na lei comunitária para os  
7 Cidadãos Europeus, e que deverá voltar ao seu País de origem, inclusivamente para cuidados de saúde  
8 mentais. O Município também já se disponibilizou para lhe guardar os seus pertences mas não aceitou e  
9 mostra-se muito reservada para aceitar ajuda. Mais casos tem passado por Valença, mas que não  
10 permanecem. Estão sempre atentos a estas situações. \_\_\_\_\_

11 Terminadas as interpelações políticas, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou deu início  
12 ao período da ordem do dia, concretamente à apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da  
13 Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

### III – PERÍODO DA “ ORDEM DO DIA”

#### PONTO 1º - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

15 Antes de entrar propriamente na apreciação do ponto 1, o Membro Sr. José Nogueira verificando que do  
16 presente ponto consta uma nota explicativa emitida pela SATAPOCAL sobre a contabilização das  
17 transferências do Orçamento do Estado previstas no artigo 35.º, n.º 3 e 38.º, n.º 8 da lei 73/2013 de 3 de  
18 setembro na redação dada pela lei 51/2018 de 16 de agosto, sugeriu, através de requerimento oral, que  
19 fosse criado um novo ponto da ordem de trabalhos, para realce da mesma, apesar de apenas se tratar de  
20 um documento para conhecimento da Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

21 Perante tal sugestão, foi feito um intervalo para apreciação, pelo que quando eram 10h50 a sessão foi  
22 interrompida e retomada quando eram 11h15. \_\_\_\_\_

23 Retomada a sessão, questionado o plenário, consensualizou-se, unanimemente, a inscrição do novo ponto  
24 da ordem de trabalhos, “*nota explicativa sobre contabilização das transferências emitidas pela*  
25 **SATAPOCAL**”– tomar conhecimento, e passaria a ser o ponto nº 3. \_\_\_\_\_

26 **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições ao 1º ponto da ordem do  
27 dia da agenda de trabalhos da presente sessão, tendo-se inscritos os Membros Srs. Cláudia Labrujó,  
28 Óscar Silva, Luís Amorim, Francisco Romeu e Inês Ferreira. \_\_\_\_\_

29 - O Membro **Sra. Cláudia Labrujó** solicitou esclarecimentos quanto aos processos judiciais números 3,  
30 8 e 13. Mais, tem conhecimento de que a auto-escada da AHBBV, oferecida por concelhos da vizinha  
31 Espanha, nomeadamente Tui, entre outros como reconhecimento do serviço que lhes foi prestado, possui  
32 matrícula espanhola, e ainda não foi legalizada, o que não lhes permite pedir qualquer subsídio à ANPC  
33 para a necessária manutenção. Questionou, no caso de um incêndio num prédio, não estando a auto-  
34 escada operacional para a devida assistência ou no caso de existir um acidente, a quem se imputa a

1 responsabilidade civil, assim como se um veículo desta natureza poderá ser assegurado por um seguro  
2 português e as pessoas que com ele trabalhem. Termos em que solicitou ao Sr. Presidente de Mesa, na  
3 qualidade de anterior membro ou atual da corporação dos bombeiros, informação sobre a situação deste  
4 veículo e, conforme aquilo que lhe for informado, solicitar ao Sr. Presidente de Câmara que, na qualidade  
5 de entidade máxima deste Município, diligencie no sentido da sua legalização. \_\_\_\_\_

6 Relativamente ao vazio existente nas respostas para os animais abandonados, mencionou que este  
7 concelho está deficitário nessa matéria uma vez que não se sabe muito bem a quem se dirigir para um  
8 caso destes e inclusivamente, quando se dirigem a uma das possíveis entidades surge o jogo do empurra.  
9 A título de exemplo, num dado momento ligou para o SEPNA para recolher animais abandonados,  
10 contudo apenas decorridos 15 dias é que apareceram, apresentando como justificação a falta de espaço.

11 Tratando-se de uma zona fronteiriça em que existe a livre circulação de pessoas e animais, seria  
12 interessante criar 2 tipos de linhas de apoio, aos mesmos, para alertar situações de desalojamento/sem  
13 familiar para acolhimento ou de abandono, por forma a arranjar prontamente um abrigo para os mesmos.  
14 Aliás, referiu que há uns meses, em horário noturno, a atuação da Cáritas de Valença foi eximia na  
15 solução de uma situação exposta. Por outro lado, considera a necessidade de existir um elemento de  
16 segurança não só de autoridades de segurança pública, como também do Município na questão da  
17 proximidade e no encaminhamento de pessoas nómadas, que apresentem carências. Em suma, de forma a  
18 sanar situações do género seria de todo importante delinear fronteiras e gerir o conflito de  
19 responsabilidades nas diversas entidades concelhias desburocratizando-o. \_\_\_\_\_

20 **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** em relação à questão que lhe foi colocada, referiu que atual-  
21 mente não é membro da Direção da AHBBV, no entanto sabe que a titularidade da auto-escada ainda é  
22 da Associação de Municípios do Baixo Minho e que na sua era não foi possível conseguir autorização  
23 para transferir a propriedade para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valença. A  
24 viatura possuiu apólice de seguro portuguesa, desconhecendo se ainda está em vigor. Quanto há inopera-  
25 cionalidade do veículo não se pode pronunciar. O facto de ter matrícula espanhola, há uma exceção para  
26 o veículo poder circular na estrada nacional. Veículos de iguais características no distrito de Viana do  
27 Castelo apenas existem 2 ou 3, termos em que é efetivamente um veículo importante que convém estar  
28 operacional. No seu tempo o veículo foi alvo de todas as revisões necessárias, no entanto admitiu que a  
29 despesa era avultada. Atualmente sabe que está inoperacional, provavelmente porque não lhe têm sido  
30 feitas as necessárias revisões. A sua resolução passa pelo entendimento entre os Municípios circundantes  
31 e a atual Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros, existindo já disponibilidade por parte da  
32 Câmara Municipal para apoiar. Não põe em causa que a ausência de resolução tenha a ver com a falta de  
33 diligências, com certeza que ainda não encontraram um meio suficiente para o resolver. \_\_\_\_\_

34 - **O Membro Sr. Francisco Romeu** questionou para quando está prevista a execução requalificação da  
35 EN 101, assim como, da previsão de término da empreitada da ecovia “Veigas do Minho”. Em relação à  
36 rede de distribuição de água e reforço do saneamento se efetivamente vai ser executado e em caso afir-  
37 mativo, se pelo Município ou pela empresa Águas do Alto Minho. \_\_\_\_\_

1 - O Membro **Sr. Óscar Silva** ainda em relação ao Conselho Municipal de Educação, esclareceu que não  
2 colocou em causa a competência e a dedicação, nem dos professores, nem do pessoal não docente,  
3 inclusivamente frisou que há um conjunto de variáveis que são incluídas para o *ranking* e que estão  
4 exclusivamente em avaliação. Há formas de otimizar o sistema de ensino e as políticas educativas que se  
5 praticam neste município e, nesse sentido, o Conselho Municipal de Educação, se for operacionalizado,  
6 poderá ser o órgão por excelência para o efeito, admitido, de certa forma, pelo Sr. Presidente da Câmara,  
7 quando referiu que mais que consultivo deveria ser de ação. Foi nesse sentido que colocou a questão do  
8 Conselho Municipal de Educação. \_\_\_\_\_

9 Seguidamente questionou o ponto de situação da obra de requalificação entre o Largo Acácio Fernandes,  
10 a Rua do Sr. dos Esquecidos e, do cruzamento com a Avenida Dr. Tito Fontes e a Avenida Dr. Aníbal  
11 Rebordão, atendendo a que já foram anunciadas há algum tempo e ainda se encontram em preparação.  
12 Mais questionou sobre o ponto de situação do investimento anunciado Grupo Trofa Saúde no edifício do  
13 Antigo Mercado Municipal, dada a inexistência de vestígios de qualquer intervenção no edifício. \_\_\_\_\_

14 - O Membro **Sr. Luís Amorim** referiu que a empreitada do Cemitério Municipal, na listagem de  
15 empreitadas e projetos não passa da elaboração do projeto. Mais reportou a degradação de um jazigo  
16 antigo existente na parte central, cujo interior está totalmente destruído, solicitando as melhores  
17 diligências no sentido de solucionar com a colocação de uma cortina na porta frontal, de forma a  
18 camuflar o interior, evitando a visualização do cenário. \_\_\_\_\_

19 - O Membro **Sra. Inês Ferreira** voltando aos rankings, aquilo que foi dito pelo Sr. Óscar Silva é que os  
20 rankings valem o que valem e que o Agrupamento de Muralhas do Minho ocupava uma posição discreta.  
21 Quanto ao Conselho Municipal de Educação concorda que deve existir e agir, no entanto as decisões não  
22 dependem deste, porque, por exemplo, os alunos nos exames nacionais com provas de ingresso de língua  
23 estrangeira, o Governo obrigou a fazer uma prova oral, as quais foram efetuadas pelos diversos  
24 Agrupamentos. Valença ficou com a prova oral de inglês. Esta norma obrigou à deslocação dos alunos  
25 para outros concelhos para as respetivas orais. Colocada a questão de quem iria suportar os encargos com  
26 estas deslocações, qual foi o espanto quando soube que o Ministério estimou o custo que os professores  
27 iam ter pelo facto de se terem que deslocar, sem pensar como é que os alunos se iriam deslocar. Mais  
28 uma vez se verifica que os diplomas se cingem à realidade de Lisboa e do Porto que, no mesmo  
29 quarteirão, há uma escola, metro e autocarro, ou seja, implementa-se para verificação posterior. Por isso,  
30 não é de estranhar que os professores estejam fartos de reuniões e de mais papelada e rejeitem ir para o  
31 Conselho Municipal da Educação. Antes de se implementar o quer que seja devem ser apuradas as  
32 exigências que os agentes terão para as cumprir. \_\_\_\_\_

33 Mais em jeito de comparação, a questão das queimadas é um processo idêntico. \_\_\_\_\_  
34 Seguidamente, mencionou ter ficado satisfeita com a remodelação dos parques infantis, assim como, com  
35 a iniciação da empreitada de remodelação da sede do Agrupamento de Muralhas no Minho,  
36 especialmente pelos alunos que irão possuir um espaço mais funcional, agradável e cómodo, mas não só,  
37 também pelo facto de os agentes educativos passarem a ter espaços mais adequados e os agentes

1 operacionais poderem fazer o seu serviço em condições. \_\_\_\_\_

2 Da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara verificou que vai surgir um parque infantil junto à  
3 Escola Superior de Ciências Empresariais, o que a deixou muito satisfeita. \_\_\_\_\_

4 Seguidamente, questionou se está prevista alguma intervenção ou se existem propostas de investimento  
5 para o espaço do edifício da antiga sociedade artística e da antiga fábrica da borracha, dada a sua  
6 degradação. Mais, procederam à limpeza de um terreno junto ao antigo toga em frente a essas fábricas  
7 com o intuito de instalar um museu galego, pelo que solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que  
8 partilhasse informação, caso a possuísse. \_\_\_\_\_

9 Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente  
10 da Câmara para os esclarecimentos que entendesse por convenientes. \_\_\_\_\_

11 O **Sr. Presidente da Câmara Municipal** começou por referir, em relação à auto-escada dos bombeiros  
12 voluntários, que o atual executivo tomou as diligencias necessárias para a eventual legalização da  
13 propriedade, junto do Vice-Presidente da Xunta da Galiza, Alfonso Rueda, que desconheciam pertencer  
14 ao seu património. Património que transitou, automaticamente, com a extinção da Associação de  
15 Municípios da Galiza. A Xunta da Galiza não tem qualquer inconveniente na sua legalização, e depende  
16 apenas da agilização de uma reunião da iniciativa da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários  
17 de Valença. \_\_\_\_\_

18 Relativamente às intervenções anteriores, louvou o trabalho meritório desenvolvido pela Cáritas, com a  
19 qual o Município celebrou um protocolo para a cooperação na intervenção junto das famílias mais  
20 desfavorecidas ou em situação de carência pontual. \_\_\_\_\_

21 No que concerne ao Ranking das escolas, mencionou que os parâmetros de análise deveriam ser outros  
22 porque a Escola Pública, em particular a de Valença, uma escola inclusiva, possui alunos com  
23 necessidades educativas especiais e outros com problemas na comunidade. A escola acolhe e desenvolve  
24 trabalho de carácter social e educativo. Cerca de 80% constituem família e arranjam trabalho, os restantes  
25 continuam numa vida um bocado errante. \_\_\_\_\_

26 Em relação à saúde comunitária mencionada pelo Membro Sra. Isabel Vaz, referiu que ainda não existiu  
27 qualquer reunião com a ULSAM, mas tem conhecimento de que há vontade da tutela em compatibilizar a  
28 unidade móvel com três equipas, serviço de enfermagem, cuidados paliativos e apoio domiciliário.  
29 Considera que deveria existir alguma reestruturação, congregar meios para melhorar os apoios à  
30 comunidade. \_\_\_\_\_

31 Prosseguindo, em relação ao sucesso do Caminho de Santiago mencionado pelo Membro Sra. Paula  
32 Natal, referiu que os caminhos de Santiago e o de Fátima estão a ter impacto a nível Concelhio. No  
33 intramuros contam com um conjunto de unidades de alojamento local, algumas já a laborar e outras em  
34 construção. Quando tudo estiver a funcionar o ambiente, a nível turístico, vai melhorar e eventualmente  
35 permitir que outros estabelecimentos, sobretudo restauração e afins, estejam a laborar para além do  
36 habitual horário. \_\_\_\_\_

37 Em resposta ao pedido de informação do Membro Sra. Cláudia Labrujó no que se concerne ao processo

1 judicial nº 3 cuja autora é Águas do Noroeste, S.A. informou que, no âmbito da constituição da nova  
2 empresa, está previsto que o objeto do pedido fique resolvido. Em relação ao numero 8 surgiu na  
3 sequência de um litígio entre proprietários de frações. A Empresa “José Maria Gomes Vilar & Filhos, Lda  
4 decidiu anexar à fração inicial de restaurante, frações que não estavam legalizadas para o efeito.  
5 Apresentada a queixa no Município, foi proferido despacho a ordenar à Empresa “José Maria Gomes  
6 Vilar & Filhos, Lda a cessação da utilização dessas frações. Esta não satisfeita com o despacho proferido,  
7 interpôs uma ação contra o Município com o objeto de anulação do referido despacho. Aguarda sentença  
8 do Tribunal Administrativo de Braga. Considera que se internamente o condomínio entendesse alterar a  
9 propriedade horizontal, à semelhança de outros casos, se resolveria o problema. O mesmo sucede com o  
10 processo nº 13. Trata-se de um diferendo entre vizinhos na Avenida Miguel Dantas, entre o Sr. Rui  
11 Oliveira e a Sra. Ana Maria Viana Rodrigues, no qual solicita a condenação do Município à pratica do ato  
12 que ordene a retirada do contador da água desta Senhora, colocado no seu prédio numa zona com direito  
13 de passagem e de acesso limitado. Como o Sr. Rui não queria ser incomodado sempre que os técnicos da  
14 autarquia iam fazer a leitura do contador e a Câmara se recusou a retirar o contador do local, interpôs  
15 uma ação em Tribunal. Trata-se de um assunto antigo relacionado com um alpendre existente nas  
16 traseiras do edifício, com uma chaminé e uma churrasqueira. Há qualquer ilegalidade urbanística dos  
17 anos 1960, que poderá ter resolução. \_\_\_\_\_

18 Em relação às existência de diversas linhas telefónicas para as realização de queimas e queimadas,  
19 mencionou que apesar de partilhar das inquietudes manifestadas pelo Membro Sra. Cláudia Labrujó,  
20 enquanto for Presidente da Câmara, nunca aceitará duplicação de responsabilidades. \_\_\_\_\_

21 Em relação à ausência de respostas para a recolha dos animais abandonados sugeriu, atendendo às  
22 queixas apresentadas, a sua exposição, por email, à linha do ambiente. No que concerne a pessoas que  
23 ficam na situação de desalojadas por motivos de incêndio, intempérie ou de abandono, no Município,  
24 são encaminhadas ou realojadas se não tiverem família. O mesmo não se aplica a pessoas oriundas de  
25 outras localidades ou Países com necessidade de um local para dormir, como por exemplo no Albergue.  
26 Trata-se de um edifício cujo objeto se destina à pernoita de peregrinos. Espaço que recebe milhares de  
27 pessoas por ano, possui regras de segurança e não podem abrir exceções. Sempre que ocorre uma  
28 situação do género o Município procura ajudar quer seja por intermédio de entidades, como a Cáritas  
29 com o aluguer de uma pensão por uma noite, justificando-o como uma situação de emergência. Estão  
30 atentos. \_\_\_\_\_

31 Em relação às questões suscitadas pelo Membro Sr. Francisco Romeu, informou-o de que a EN 101  
32 possui um projeto aprovado há 2 anos, embora acredite que venha a ser alvo de alterações, no sentido de  
33 colocação de riscos contínuos, devido aos acidentes que têm havido nas zonas de ultrapassagem,  
34 especialmente na reta de Ganfei. Nos últimos 6 meses ocorreram 2 acidentes. Os aquedutos já foram alvo  
35 de intervenção, as árvores marcadas para o respetivo corte e a alteração do perfil da rua, nalguns sítios.  
36 Está convicto que o concurso, que se vem a arrastar desde 2017, seja lançado antes das eleições.  
37 Intervenção que urge. \_\_\_\_\_

38 Em relação à ecovia “Veigas a pé”, a empreitada está a decorrer dentro dos prazos previstos no programa

1 de concurso. Uma vez finalizada prevê-se que o número de visitantes seja avultado, quer pela dimensão  
2 da infraestrutura quer pelo usufruto das vistas do rio Minho. \_\_\_\_\_

3 A propósito informou que, atualmente, o Município de Valença tem 24 candidaturas aprovadas com  
4 apoios comunitários, algumas já em execução. Perfazem um investimento de 8 298.000,00€ (oito milhões  
5 duzentos e noventa e oito mil euros) e uma comparticipação comunitária de 5 147.000,00€ (cinco  
6 milhões cento e quarenta e sete mil euros). Entre estas estão duas IPSS, a Santa Casa da Misericórdia  
7 para uma cozinha e a ASRAR para uma viatura. Tem mais 5 candidaturas em cursos que perfazem 2  
8 700.000,00€ (Dois milhões e setecentos mil euros), grande parte para comparticipação no investimento  
9 que é necessário fazer no âmbito da Parceria das Águas. O Município avança com a comparticipação  
10 nacional e a entidade Águas do Alto Minho fará a empreitada. À semelhança do que sucedeu com várias  
11 empreitadas levadas a efeito para a remodelação de tubagens de saneamento e águas pluviais em  
12 diversas freguesias do concelho, o Município avança com a comparticipação e é ressarcido após a boa  
13 execução da empreitada. \_\_\_\_\_

14 Em relação ao Largo Acácio Fernandes, o projeto está aprovado, aguarda que o concurso seja lançado.  
15 Considera, no entanto mais prioritária a ligação da Zona Industrial à estrada do Tuído, Gandra, cujo  
16 encargo se traduz numa verba superior a 300.000,00€ (trezentos mil euros). \_\_\_\_\_

17 Em relação às Unidades de Saúde previstas para o Concelho, no caso do Hospital Particular, informou  
18 que já adquiriram uma série de frações, estão a fazer as obras de adaptação do hospital. Quanto ao grupo  
19 Trofa Saúde já tem o parecer favorável da ANPC, e julga que também da Entidade Reguladora da Saúde.  
20 O projeto está a desenrolar-se pelas entidades externas. O edifício mantém-se como está, vai levar uma  
21 pala em frente à passadeira do jardim municipal para paragem das ambulâncias em situações de  
22 emergência. As obras internamente irão iniciar-se durante o mês de março/abril, em que a estrutura  
23 interna irá sofrer algumas alterações. Durante 2019 serão executadas obras de grande dimensão naquela  
24 zona para que essa unidade entre em funcionamento tão breve quanto possível. Por último, mencionou  
25 que brevemente abrirá mais uma Clínica de Análises. \_\_\_\_\_

26 Finalizados os esclarecimentos, o **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da **segunda**  
27 **ronda** de interpelações, tendo-se inscrito o Membro Sra Inês Ferreira, tendo os restantes  
28 prescindido. \_\_\_\_\_

29 - **O Membro Sra. Inês Ferreira**, a propósito do Membro Sra Cláudia Labrujó ter telefonado para a  
30 Cáritas e que esta resolveu, esclareceu que a Cáritas não tem apartamentos, não tem casas, apenas  
31 procedeu ao alerta da situação junto do Município, tendo sido resolvida a questão. A Cáritas com o apoio  
32 que o Município lhe atribuiu através da celebração de um protocolo, possui meios financeiros, para  
33 pagamentos de alimentos ou do que for preciso. \_\_\_\_\_

34 Em relação à requalificação da EN 101, realmente urge a colocação de uma linha continua na zona de  
35 Ganfei, devido ao excesso de velocidade. As ultrapassagens fazem-se de tal forma que os carros que  
36 estiverem parados na berma, estremeçam. A título de exemplo mencionou o acidente trágico de que a sua  
37 irmã e cunhado foram alvos em 1993 e que poderiam ter sobrevivido ao impacto caso não tivesse  
38 existido excesso de velocidade. Torna-se necessário um risco contínuo, radares, de forma a evitar mais  
39 tragédias. \_\_\_\_\_

1 Terminada a segunda ronda de intervenções, foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**  
 2 **Municipal**, o qual começou por referir que, em relação à situação de radares colocadas na EN 101, que  
 3 fica furibundo quando lhe ligam a dizer que só em Valença é que há radares, pois se os há é por excesso  
 4 de velocidades de tragédias como o de há poucos dias. Se não se cumprem as regras de trânsito, é natural  
 5 que o radar venha para os locais onde se sabe que, à partida, há mais prevaricação. O mesmo sucede aos  
 6 fins de semana com o policiamento nas rotundas de Valença, que a seu ver é dissuasor do crime. Há  
 7 pessoas que ficam inquietas com os radares. \_\_\_\_\_

8 Quanto à situação apontada pelo Membro Sr. Luís Amorim acerca do Cemitério Municipal mencionou  
 9 que são espaços muito sensíveis, mexem com sentimentos, especialmente quando por estarem muito  
 10 desorganizados e não existir perfil de arruamentos definidos ou de afastamento de campas, ser necessário  
 11 uma intervenção de fundo, como é o Cemitério Municipal de Valença. O projeto está em fase final para  
 12 adjudicação por ajuste direto, estando prevista a deslocalização da Capela para a zona mais a poente, cuja  
 13 finalidade é para situações de emergência e para funerais no próprio dia, assim como, o mesmo sucederá  
 14 com os wc's. Toda a infra-estrutura será alvo de uma intervenção de fundo, desde drenagens de águas,  
 15 piso novo, o acoplamento de uma casa mortuária, que passará pela reestruturação do espaço interior e da  
 16 estrada de acesso à zona escolar, solução viável para a tão ansiada Casa Mortuária na sede do Concelho e  
 17 necessária para dignificar a sua população. \_\_\_\_\_

18 Quanto à degradação de jazigo no Cemitério Municipal concordou com a sugestão de colocar uma  
 19 cortina ou até uma película transparente. Lamentavelmente não é o único jazigo nesse estado de  
 20 degradação. O Município tem vindo a notificar os proprietários para a execução de obras de beneficiação  
 21 dos jazigos, que manifestam o interesse na sua venda e, inclusivamente, a propõe ao Município em  
 22 termos e condições inaceitáveis, designadamente, pelo valor de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), assim  
 23 como, com a resolução do seu interior, que apesar de ser interessante para a reestruturação do espaço, o  
 24 deixou indignado pela falta de respeito por quem lá está sepultado. \_\_\_\_\_

25 Em relação às Fábricas da Artística e da Borracha, mencionou que são privadas e que caso não efetuem  
 26 uma limpeza nos próximos tempos, vão ser notificados para o efeito. Não há previsão de qualquer projeto  
 27 para estes espaços. Em tempos houve interesse pelo Pingo Doce, contudo sendo uma única propriedade,  
 28 afasta possíveis investidores, terão que proceder ao seu loteamento. Em espaços de foro privado, não  
 29 interfere. Relativamente à limpeza do terreno junto à casa toga na Avenida Tito Fontes, informou que a  
 30 avenida ganhou com a mesma, assim como a casa ao lado que foi adquirida por um benemérito de  
 31 origem galega para a implantação de um museu. A Avenida vai ficar mais composta com a clínica das  
 32 análises. Um investimento puxa outro. \_\_\_\_\_

33 Prosseguindo, mencionou que o parque infantil existente no Jardim Municipal vai ser alvo de  
 34 remodelação. \_\_\_\_\_

35 Em relação à remodelação da Escola do Agrupamento Vertical Muralhas do Minho, foi adjudicada à  
 36 “Festa & Festa”, empresa que também construiu a Biblioteca Municipal de Valença a qual detém, como  
 37 se pode verificar deste e doutros equipamentos construídos há anos pela mesma sem intervenções, a  
 38 excelente qualidade dos seus serviços. Acredita que os “*timings*” previstos vão ser cumpridos, assim  
 39 como, uma obra de qualidade. \_\_\_\_\_

40

41 Finalizados os esclarecimentos, a **Assembleia Municipal** apreciou e tomou conhecimento da informação  
 42 a que se refere a alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, com o resumo da

1 situação financeira do Município no dia 31 de dezembro de 2018, assim como, da listagem dos processos  
2 judiciais pendentes em 19 de fevereiro corrente e o estado dos mesmos; do ponto de situação de  
3 empreitadas e projetos; dos compromissos plurianuais assumidos entre 22 de novembro de 2018 e 31 de  
4 dezembro de 2018. \_\_\_\_\_

**PONTO 2º – RECONHECIMENTO DE INTERESSE COLETIVO DO PATRIMÓNIO RURAL DE TAIÃO**

7 Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de vinte e um de fevereiro corrente, foi  
8 presente a proposta de reconhecimento de interesse coletivo do Património Rural de Taião, para efeitos  
9 da candidatura à operação designada “ Valorização do Património Rural da Aldeia de Taião, recuperação  
10 museológica dos usos, costumes e capitalização de valor histórico” a realizar no âmbito do programa  
11 desenvolvimento Rural do Continente 2020. \_\_\_\_\_

12 O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições ao ponto em apreço,  
13 tendo-se inscritos os Membros Srs. Cláudia Labrujó, José Nogueira e Paula Natal. \_\_\_\_\_

14 - **O Membro Sra. Cláudia Labrujó** referiu que o seu sentido de voto iria ser favorável, contudo sugeriu  
15 que o Sr. Presidente da Câmara fizesse uma pequena abordagem sobre o tema. \_\_\_\_\_

16 - **O Membro Sr. José Nogueira** depois de olhar para ordem de trabalhos da presente sessão e verificar  
17 apenas um tema e depois de ouvir falar o Sr. Presidente da Câmara parece que Valença continua a ser o  
18 “país das maravilhas”. Tantos projetos, tantas coisas, falou durante meia-hora, e quase tudo ligado à  
19 iniciativa privada. Palavras para os adormecer e acha que com essas palavras e da forma o Sr. Presidente  
20 age vai conseguir mais um votante que não vai votar, porque em Valença a D. Inércia Perpétua veio para  
21 ficar. Quanto a este ponto da ordem de trabalhos, aquilo que têm a dizer é que a candidatura à operação  
22 valorização do património rural da aldeia de Taião, recuperação museológica dos usos e costumes e  
23 capitalização do valor histórico inserida no PRODER está revestida de um inequívoco interesse para o  
24 concelho de Valença e para a região do Alto Minho, como tal mencionou que o Grupo Municipal do  
25 Partido Socialista votaria favoravelmente o ponto em apreço. \_\_\_\_\_

26 - **O Membro Sra. Paula Natal** referiu que iriam votar favoravelmente, atentos à importância de que se  
27 reveste o reconhecimento de interesse coletivo do Património Rural de Taião. Trata-se um freguesia  
28 muito pequenina, mas muito especial, com 8 km<sup>2</sup>, com aproximadamente 150 habitantes. Está localizada  
29 num planalto serrano, possui gravuras, uma igreja, uma capela, largo do relógio do sol, fonte das 7 bicas,  
30 os moinhos de água, o alto de São Lourenço e as minas. As suas gentes ainda se dedicam essencialmente  
31 à agricultura e à pecuária. Têm 4 tradições festivas: Santo António, Santa Marinha, Senhor do Socorro e  
32 Nossa Senhora de Fátima. Possui uma riqueza gastronómica muitíssimo apreciada por todos os  
33 valencianos, o cabrito assado no forno e o cozido à portuguesa. No museu rural, no seu espólio,  
34 destacam-se as técnicas de tecelagem, os teares e os materiais ligados à arte de trabalhar o linho, as  
35 alfaias agrícolas e ainda um belo traje serrano. Possui um património rico, digno e merecedor de uma  
36 valorização. A sua localização geográfica, faz com que esteja sempre ao sol. \_\_\_\_\_

1 Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Sr. Presidente**  
2 **da Câmara Municipal** para os necessários esclarecimentos. \_\_\_\_\_

3 **O Sr. Presidente da Câmara Municipal** começou por referir que efetuaram uma candidatura ao  
4 PRODER, financiada a 50% para investir numa aldeia histórica que reunisse os requisitos, nomeada-  
5 mente um espaço urbano consolidado, alguns equipamentos, café, etc. Trata-se de uma remodelação do  
6 espaço, tornando-o num núcleo museológico, para que o seu espólio seja visitado condignamente, o qual  
7 atualmente está armazenado de uma forma aleatória, não aporta o real conhecimento das peças. \_\_\_\_\_  
8 A par desta candidatura possuem outra designada “as aldeias do Alto Minho, do *cycling and walking*”,  
9 para investir também na mesma freguesia. \_\_\_\_\_

10 Seguidamente, a propósito da menção por parte do Membro Sr. José Nogueira de que o atual executivo  
11 continua numa “inércia perpétua”, porque apenas verifica iniciativa privada, frisou que é um grande  
12 defensor da iniciativa privada e o melhor indicador da dinâmica do concelho é a resposta dessa iniciativa.  
13 A propósito desmentiu uma notícia lançada, hoje, pelo Faro de Vigo, em que dizia que a PSA e a sua  
14 grande rede de provedores lusos catapultam o setor automóvel em Portugal. Mais, foi publicada uma  
15 notícia que para Valença vem uma empresa japonesa, a (Hoya) com 10 milhões de investimento e 170  
16 empregos, que desconhece. Aquilo que efetivamente tem sucedido em Valença é a procura do espaço  
17 para a implantação de mais empresas do setor automóvel dada a sua localização geográfica. Uma das  
18 fabricas desativadas foi adquirida por italianos/franceses que decidiram implantar uma linha de produção  
19 para quase 200 pessoas, contudo como o setor automóvel tem evoluído muito, a par deste também acom-  
20 panha a falta de mão de obra e os quantitativos que necessitariam, pelo que decidiram alterar toda a linha  
21 de produção, passando a ter 20 robôs e 50/ 60 trabalhadores. \_\_\_\_\_  
22 Existem mais duas empresas que estão a solicitar informações, contudo a região Norte continua a deba-  
23 ter-se com a falta de mão de obra e para as quais as empresas como forma de recrutamento mais aliciente  
24 lançam salários competitivos. \_\_\_\_\_

25 Finalizada a intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da segunda  
26 ronda, tendo-se inscrito os Srs. José Nogueira e Inês Ferreira, tendo os restantes prescindido. \_\_\_\_\_

27 - **O Membro Sr. José Nogueira** referiu que mais uma vez se falou de tudo menos do reconhecimento do  
28 interesse coletivo do património rural de Taião e que o Sr. Presidente da Câmara não foi interrompido  
29 pelo Sr. Presidente da Assembleia e acabaram por assistir a uma sessão de propaganda sobre a iniciativa  
30 privada. Termos em que considera também poder usufruir do mesmo direito. Recordou que logo que o Sr.  
31 Presidente da Câmara entrou em funções, o hospital era para ficar junto à linha de caminho de ferro,  
32 contudo aquilo que lhe parece é que será a futura piscina municipal. Não percebe a surpresa do Sr. Presi-  
33 dente da Câmara em relação ao publicado no faro de Vigo, quando a Assembleia Municipal também re-  
34 conheceu o interesse a dois investimentos no Concelho, um projeto no mosteiro de Ganfei e outro em  
35 Silva, para os quais ainda não viram quaisquer desenvolvimentos. Frisou que o Sr. Presidente deve traba-  
36 lhar em prol deste concelho e não aproveitar-se do que a iniciativa privada vai fazendo, assim como,  
37 deveria ter vergonha de pedir o agendamento de apenas um ponto de ordem de trabalhos. \_\_\_\_\_

1 - **O Membro Sra. Inês Ferreira** lembrou que há uns anos atrás, a atual Ministra Ana Paula Vitorino  
2 lançou a notícia de que Valença iria ter uma plataforma logística no nó de São Pedro da Torre e que iriam  
3 ser criados 10.000 postos de trabalho. Quando questionou se tinha sido esta senhora a prometer os 10.000  
4 postos de trabalho em Valença, a resposta que obteve foi de que estavam em campanha eleitoral.  
5 Portanto, isto é o PS no seu melhor. \_\_\_\_\_

6 Relativamente à dinâmica de Valença, mencionou que se não houvesse trabalho, no sentido de levar  
7 Valença ao mundo, Valença não teria os milhares de peregrinos e visitantes espanhóis e portugueses aos  
8 fins de semana, assim como, se estivesse num marasmo, os agentes locais não iriam investir em aloja-  
9 mento local. Se Valença não tivesse uma política de abraçar o investimento privado, não haveria investi-  
10 mento privado. Não se compreende que por um lado o Sr. Presidente da Câmara seja atacado por  
11 defender a iniciativa privada, quando entram em contrariedade e o atacam pela deslocalização da  
12 borgwarner para Lanheses. Também é uma iniciativa privada. Apanágio do PS. A Inércia Perpétua teve  
13 esta cidade, em termos culturais por exemplo, enquanto o PS esteve no Governo, assim como na Inércia  
14 Perpétua tiveram as associações durante todo esse período. Aconselhou o Membro Sr. José Nogueira a vir  
15 à sua terra ao fim, de semana para verificar o dinamismo aqui existente. Dinâmica que se deve ao atual  
16 executivo, eleito pela terceira vez consecutiva. \_\_\_\_\_

17 Pelo Membro **Sr. José Nogueira** foi solicitada autorização, que lhe foi dada, para um pedido de esclare-  
18 cimento ao orador anterior. Considerando que não é estrangeirado e que tem e sempre teve a sua residên-  
19 cia em Valença e até sabe que Taião tem 3 lugares, o de cima, o de baixo e a Mó, há quem também lhe  
20 chame Felgueira, que o próprio aos fins de semana vem ao centro, que os membros do PSD nesta Assem-  
21 bleia, quando dizem que Valença é um sucesso e que as festas que a Câmara Municipal faz, também são  
22 um sucesso, afinal não faz, participa. Considerando que fiscalizam as presenças nos eventos e marcam  
23 faltas ao Sr. Óscar Silva, ao próprio e também à Sra. Cláudia Labrujó. Afinal, parece que as festas são de  
24 bairro, são pequeninas que o movimento em Valença é um local privilegiado de passagem de Espanha  
25 para Portugal e para a Europa. A pujança que se verifica está a retornar por força da economia estar a  
26 melhorar com o Governo do PS. \_\_\_\_\_

27 Efetivamente a plataforma logística esteve para vir para Valença, mas o atual executivo nada fez, nem  
28 trabalhou, assim como nada fez para prosseguir com o projeto que existia para o TGV, com uma estação  
29 em Valença, ficando-se pela eletrificação da linha do Minho com um único sentido, com os horários do  
30 início do século passado, para usufruto de ninguém. \_\_\_\_\_

31 Mais, julgava que a EN 101 ainda seria para transitar, contudo não se figura com a implementação de  
32 linhas contínuas à semelhança do que sucede na EN13 Valença/Cerveira. Radares em tudo quanto é sítio,  
33 passado algum tempo, a sua localização já é conhecido por todos, pelo que a solução passa por uma  
34 maior fiscalização. \_\_\_\_\_

35 Agora versando a sua intervenção no pedido de esclarecimento, questionou o orador anterior se acha que  
36 a Câmara Municipal contribui para que Valença melhore e, em caso afirmativo, o que é que fez em  
37 concreto, uma vez que apenas ouve as pessoas dizerem que pertencem à Cáritas e o que esta fez. Mais  
38 uma vez a Câmara Municipal de Valença o que faz é um *laissez faire, laissez passer*. \_\_\_\_\_

1 Seguidamente, o Membro **Sra. Inês Ferreira** decidiu não responder por não lhe ter sido colocado  
2 nenhum pedido de esclarecimento, contudo sugeriu ao Membro Sr. José Nogueira a consulta de todos os  
3 relatórios de contas que foram aprovados neste órgão, porque neles tudo está expresso. Mais, ainda não  
4 viu o PS apresentar propostas concretas na Assembleia Municipal no sentido de a Câmara fazer algo que  
5 ainda não esteja a ser feito. \_\_\_\_\_

6 Finalizou, comunicando o Núcleo Interparoquial da Cáritas de Valença, em termos sociais, responde às  
7 situações mais fragilizadas e pontuais. \_\_\_\_\_

8 - **O Membro José Nogueira** referiu-lhe que o que está em causa é o Município e não a Cáritas. \_\_\_\_\_

9 Finalizados os pedidos de esclarecimentos, foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**  
10 que felicitou os habitantes da Silva por darem vida à Associação Desportiva Cultural Silvense que não  
11 tinha atividade há mais de 20 anos e portanto irá participar na vida comunitária. O papel da Câmara Mu-  
12 nicipal é estimular a sociedade civil a participar, a envolver-se na criação do presente e do futuro. A pro-  
13 pósito da atividade das coletividades, esclareceu que se as coletividades fazem eventos em parceria com  
14 o Município é porque este as financia. Com algumas coletividades ou Associações o Município celebrou  
15 protocolos com apoio financeiro, como é o caso da Cáritas e noutros casos recebem subsidio anual como  
16 é, por exemplo, o caso da Selvagenial, que executou obras de modernização do seu canil para aumentar a  
17 capacidade de acolhimento de animais, obras essas financiadas pelo Município. Em função da sua ativi-  
18 dade, recebem mais ou menos apoios, desde que haja atividade em prol da nossa comunidade. \_\_\_\_\_

19 Seguidamente, mencionou que nunca desanimam quando sai uma Unidade Industrial de Valença, como  
20 foi o caso da Borgwarner, porque a seguir entram 20. Recordou que na altura foi feito um “cavalo de  
21 batalha” do assunto, culpabilizando o executivo por não ter feito tudo para evitar a sua deslocalização. O  
22 certo é que o Município desenvolveu as possíveis diligências para que a fábrica não fosse deslocalizada,  
23 contudo tratava-se de um assunto que fugia ao controlo da autarquia. O valor da renda que a empresa  
24 pagava por ano 1 200.000,00€, no seu equivalente a 5 anos, fez uma Unidade Fabril nova em Lanheses.  
25 Contra factos não há argumentos. \_\_\_\_\_

26 Prosseguindo, informou que o Vereador Sr. Manuel Lopes esteve no Irão na semana passada e em  
27 Marrocos há cerca de dois meses, por um intercâmbio de visitas, no âmbito da diplomacia económica que  
28 a CIM Alto Minho tem vindo a desenvolver. Destas visitas conseguem perceber *in loco* os perigos que  
29 poderão advir para o presente próximo e futuro de alguns setores. No Irão, a Renault e a Toyota têm  
30 grandes Unidades, lançadas para serem os ex-libris Médio Oriente, Ásia. Possuem poder aquisitivo, com  
31 80 milhões de pessoas. \_\_\_\_\_

32 Em relação à implantação de um hospital em frente ao Restaurante Zé Maria, efetivamente a Hospor fez  
33 um pedido de informação prévia para essa implantação, que obteve parecer favorável do Município. O  
34 projeto foi aprovado pela Câmara, contudo, posteriormente, o espaço para implantação foi “comprado”  
35 pelo Espírito Santo que não fez o investimento. Decisão que ultrapassa o Município e que teve que  
36 aceitar. \_\_\_\_\_

37 Relativamente aos projetos reconhecidos por esta Assembleia Municipal como de interesse público,  
38 informou que projeto do Mosteiro de Ganfei está aprovado. Crê que os proprietários estão a negociar  
39 com o Turismo de Portugal uma linha de apoio com o objetivo de vender a quinta. Vão ser notificados

1 muito em breve para limpar a quinta. Relativamente ao Aquapark da Silva, o projeto esbarrou na Direção  
 2 Geral de Florestas e no Ministério de Agricultura e Florestas, à espera da aprovação da exclusão do  
 3 regime da cogestão. Como continuava a existir interesse por parte do investidor o parecer da CCDRN di-  
 4 recionou a autarquia para alterar o PDM para compatibilizar o interesse de um privado com um determi-  
 5 nado território. \_\_\_\_\_

6 Terminadas as intervenções e os esclarecimento, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, colocou o  
 7 ponto à votação, tendo a Assembleia Municipal, num universo de 29 Membros, aprovado, por unanimi-  
 8 dade, reconhecer o interesse coletivo do Património Rural de Taião, para efeitos da candidatura à  
 9 operação designada “ Valorização do Património Rural da Aldeia de Taião, recuperação museológica dos  
 10 usos, costumes e capitalização de valor histórico” a realizar no âmbito do programa desenvolvimento  
 11 Rural do Continente 2020. \_\_\_\_\_

**PONTO 3º- NOTA EXPLICATIVA SATAPOCAL**

12 Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de 21 de fevereiro corrente, a 2ª alteração  
 13 ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2019 decorrente da necessidade de incluir uma nova  
 14 classificação orçamental na receita “transferências de capital” para fazer face à 7ª alteração da Lei  
 15 73/2013 de 3 de setembro, através da Lei 51/2018 de 13 de agosto, que de acordo com a nota explicativa  
 16 da SATAPOCAL terá que ser incluída no orçamento municipal. \_\_\_\_\_

17 Este assunto constava da informação escrita do presidente da Câmara Municipal e por decisão do  
 18 plenário foi destacado e introduzido num novo ponto na ordem de trabalhos a nota explicativa SATAPO-  
 19 CAL para conhecimento. \_\_\_\_\_

20 Termos em que o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, não se re-  
 21 gistaram inscrições. \_\_\_\_\_

22 A Assembleia Municipal tomou conhecimento da 2ª alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano  
 23 resultante da inclusão de uma nova classificação orçamental na receita “transferências de capital” resul-  
 24 tante de normativo legal supra mencionado, assim como, de acordo com a nota explicativa da SATAPO-  
 25 CAL. \_\_\_\_\_

26  
 27 Com esta contextualização e terminados os trabalhos da presente sessão o **Presidente da Assembleia**  
 28 **Municipal** solicitou ao Primeiro Secretário a leitura da **ata em minuta** relativa à ordem de trabalhos da  
 29 presente sessão que, finda a mesma foi colocada à votação, tendo sido, num universo de 29 (vinte e nove)  
 30 **Membros** aprovada **por unanimidade**. \_\_\_\_\_

31 Os trabalhos da sessão encerrados quando eram 13h00m. \_\_\_\_\_

32 Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente ata composta por vinte e uma páginas, a  
 33 qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal** e pelo Assistente Técnico que a redigiu.

<b>Apoio à Assembleia Municipal</b> <b>O Assistente Técnico,</b>	<b>Assembleia Municipal de Valença</b> <b>O Presidente,</b>
_____	_____

Elisabete Guerreiro Dias Esteves	Alberto Luís de Oliveira Vilas
----------------------------------	--------------------------------

1